

OS VITICULTORES DO RIO GRANDE DO SUL

GEÓGRAFO *Raymond Pébayle* *
TRAD. DE *Gilberto L da Rocha* **

Para o observador vindo do Oeste e do Noroeste e que atravessa o vale do Taquari em direção a Encantado ou Muçum, a penosa subida ao planalto por caminhos estreitos e perigosos parece prenunciar uma repetição das tristes paisagens de abandono características dos vales superiores do Rio Pardo, Forqueta e Guaporé. Os solos rasos cada vez mais pedregosos em direção aos topos, as imponentes cornijas recobertas de mata alternando com patamares de acesso difícil, o frescor das altitudes onde as árvores tropicais se tornam mais raras e menos pródigas em belos frutos como os que são encontrados nos vales quentes, constituem igualmente sinais de uma degradação, em altitude, das condições físicas tão favoráveis dos terraços do rio Taquari.

É todavia nessas "tierras templadas"⁽¹⁾ que se encontra uma das comunidades camponesas mais estáveis e vigorosas do Rio Grande do Sul. Certamente, os colonos italianos dos municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves, Farroupilha, Caxias do Sul e Flores da Cunha foram mais roceiros do que verdadeiros camponeses por ocasião de sua primeira fase de implantação sobre esses interflúvios que separam os vales do Taquari-Antas e dos rios Caí e afluentes. Nessa região do planalto basáltico, onde os terrenos planos são a exceção, os solos pedregosos das vertentes foram ali também sem consideração divididos, (como em outros lugares), por uma administração que confundia muito freqüentemente os conceitos de topologia e de topografia. Por isso, as paisagens agrárias atuais mostram ainda traços clássicos das velhas colônias, idênticos campos triangulares ou alongados segundo a topografia, a mesma grande extensão de capoeiras e de florestas secundárias, mesmas cornijas recobertas de mata. Os sinais da mecanização, por outro lado, são aí quase tão reduzidos como entre os pobres colonos do Oeste.

Mas aqui, a videira relega a segundo plano as culturas estívais e os poteiros. Em certos setores pouco acidentados, como em torno de Monte Belo e de Flores da Cunha, os parreirais formam uma cobertura quase contínua sobre as vertentes mais acessíveis. Em alguns lugares ela matiza de cores mutáveis (conforme as estações) as vastas extensões cobertas de capoeira, nas quais apenas algumas

(1) Vide nota na próxima página.

* Pesquisador do Centre D'Étude de Géographie Tropicale do C.N.R.S.

** Geógrafo da U.G.C.

clareiras de culturas de subsistência atestam a sobrevivência de uma policultura tradicional. Um bem estar pouco usual transparece nas vistosas comunidades rurais que se sucedem cada quatro ou cinco quilômetros ao longo dos caminhos vicinais. A madeira, material do roceiro ou do colono pobre cedeu lugar à alvenaria em cores variadas e alegres nas casas dos colonos dispersas ao longo das estradas.

Aqui pois, os camponeses italianos fixaram raízes. Quando tiveram que abandonar as terras que se tornavam muito exíguas para as famílias muito numerosas, eles se instalaram em suas cidades, nas quais mostraram um dinamismo surpreendente para cidadãos tão recentes. Não há nenhuma dúvida que, na origem dessa vida, simultaneamente estável e intensa, está a videira, essa cultura permanente que sabe tão bem fixar e unir os homens.

A – PEQUENOS VITICULTORES E VINHEDOS DE MASSA⁽¹⁾

A leste do vale do Taquari, entre 600 e 800 m. de altitude, cinco municípios formam uma ilha com elevadas densidades demográficas, mais de 100 hab/km² para a maior parte dos territórios de Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi e Bento Gonçalves; de 50 a 75 hab/km² para Flores da Cunha e os Distritos de Monte Belo e Forqueta. É precisamente nessa região que se situam os 2/3 dos vinhedos rio-grandenses.

Essa localização responde sobretudo a imperiosas condições edáficas que limitaram a extensão dos vinhedos às terras melhor drenadas, menos argilosas e mais ventiladas dos outeiros com sub-solos basálticos. Isso significa que a videira está ausente ou, pelo menos, é muito rara simultaneamente sobre os ferrallitos (lateritas?) dos cumes, sobre os vertisolos e os solos castanhos eutróficos das depressões e vertentes inferiores, sobre os solos vermelhos desenvolvidos sob cobertura de araucárias e nas terras arenosas dos afloramentos areníticos. As condições ótimas se encontram precisamente realizadas aqui, sobre as vertentes médias e pedregosas de uma região de contato entre o grande planalto basáltico setentrional e sua inclinação na Depressão Central.

1 – PEQUENOS “EXPLOTADORES” VINHATEIROS

Sem atingir as proporções de uma verdadeira monocultura, a vinha ocupa, nesses municípios, em média, o terço das superfícies cultivadas (30.323 ha sobre 90.000 ha no ano de 1968) e mantém pelo menos 11.000 explorações (*).

(1) O autor entende por “vinhedos de massa”, vinhedos de grande extensão mas não de qualidade, semelhantes, por exemplo, aos vinhedos franceses do Languedoc-Roussillon.

(*) Fontes: Departamento Estadual de Estatística, 1969 e IBRA, 1967.

	Caxias	Garibaldi	Farroupilha	Bento Gonçalves	Flores da Cunha
I	16,6%	28,5%	27,6%	51,3%	52,2%
II	1,5 ha	1,9 ha	1,9 ha	5,5 ha	3,2 ha

Quadro nº I – I/Percentagens das superfícies cultivadas com vinhedos sobre a área total cultivada.

II/Média da superfície cultivada em vinha, por exploração.

Salvo algumas exceções notórias, em Bento Gonçalves e Flores da Cunha especialmente, os vinhateiros rio-grandenses são pequenos exploradores. Esse fato não causa surpresa se considerarmos que eles são os descendentes de uma segunda, ou até terceira geração de colonos estabelecidos sobre lotes com menos de 60 ha em terras particularmente ingratas.

De “explorações” agrícolas tão pequenas poder-se-ia esperar uma produção de qualidade... Isso no entanto não acontece, pois o viticultor deste setor do planalto teve também de se adaptar a condições climáticas um pouco adversas a linhagens finas e precoces. As geadas primaveris de setembro e outubro são para elas particularmente temíveis. Se por outro lado a insolação é satisfatória, as precipitações médias dos meses de maturação (dezembro, janeiro, fevereiro) são, ao contrário, nitidamente excessivas (média de 395,1 mm em 10 anos). Tais condições estão muito distantes de serem as melhores que o território rio-grandense pode oferecer ao cultivo da uva.

Os agricultores escolheram então variedades rústicas, de origem americana, simultaneamente bem adaptadas a esses caprichos climáticos e resistentes a “Phylloxera”. Duas verdadeiras videiras, a Isabel — uma *Vitis Labrusca* e a Herbemont — uma *Vitis aestivalis* — constituem ainda, com inúmeras variedades híbridas (diversas Seibel, em particular), 85,4% das linhagens do Rio Grande do Sul. As variedades “Viníferas” européias, sobretudo de origem italiana (Moscatel, Barbera, Peverella, Trebiano), são ainda pouco conhecidas apesar dos interessantes trabalhos de adaptação realizados pelas diversas estações enológicas locais.

Mas se as linhagens americanas dão um paladar que amarra aos vinhos do Rio Grande do Sul, não deixam de apresentar algumas qualidades muito apreciadas pelos colonos italianos. Em particular, elas proporcionam altos rendimentos e exigem menos cuidados que variedades mais finas. A Isabel e a Herbemont são, realmente, videiras vigorosas que suportam podas muito prolongadas. Por essa razão os troncos são plantados a intervalos variando de 2 a 3 m. A fim de permitir um desenvolvimento mais fácil dos sarmentos dos quais gabam a “força”, os colonos abandonaram os suportes simples para adotar redes de arame horizontais formando uma cobertura com altura variando de 1,50 m a 1,80 m. Para construir os suportes dessas grandes parreiras os viticultores são obrigados a elaborar quadriculados hori-

zontais de arame, fixados em vigorosos postes laterais. Uma arte bem mediterrânea dá, às vezes, a tais arranjos, formas originais. Por exemplo, os postes de madeira podem ser substituídos pelos pilares de pedra talhados na rocha-mãe, o basalto no afloramento. Em outros casos, plantam plátanos muito próximos aos suportes; em alguns anos, essas árvores, das quais se teve o cuidado de apressar o crescimento vertical através da poda sistemática de seus ramos, estão suficientemente sólidas para substituírem os postes vizinhos. Desenvolvendo-se, os plátanos absorvem literalmente os arames amarrados em seus troncos. Da mesma forma, para estender os arames lá onde os solos são pouco profundos para permitir a sólida fixação dos suportes, os agricultores recorrem às vezes a enormes pedras que servem de contrapeso. Poderíamos multiplicar os exemplos de organização desse tipo que dão à região dos vinhedos rio-grandenses um aspecto pouco comum de campo muito tratado.

A prática da "cobertura morta" é um outro fato revelador de uma atividade agrária muito ligada à terra. Consiste ela em espalhar no inverno sobre os solos dos vinhedos, ramos e pequenos arbustos que os colonos vão cortar nas capoeiras vizinhas. Adicionam às vezes resíduos da destilação da borra da uva, palha de trigo e de milho, serragem de madeira, detritos do tratamento da acácia negra, comprados aos curtumes das regiões baixas e, mais raramente, esterco. Esta mistura, que tende a restituir aos solos uma parte de sua riqueza original, é o que o pequeno viticultor chama a "engorda" das terras. Nas maiores explorações recorre-se às vezes a técnicas mais avançadas para regenerar os solos de um vinhedo que enfraquece. Pode-se, por exemplo, praticar o soterramento de fertilizantes orgânicos e químicos em fossos "as valetas" escavados entre os alinhamentos dos cepos. Quaisquer que sejam as técnicas empregadas, é marcante o fato delas revelarem verdadeiros camponeses, os únicos em particular que até aqui atribuíram à capoeira um papel distinto daquele que lhe é atribuído ou seja medíocre regeneradora das terras em repouso.

Já as atividades sazonais mostram bem os cuidados exagerados que todo o pequeno viticultor dispensa ao crescimento mil vezes vigiado de sua vinha.

O colono italiano, em particular, pensa, como um verdadeiro viticultor, que o trabalho manual é fundamental para a obtenção de uma boa colheita e a conservação do vinhedo. A tração animal é, com efeito, reduzida a poucos trabalhos de aragem que alguns preferem mesmo evitar e substituir por simples capinas, julgadas menos perigosas para as raízes da videira. Os delicados trabalhos de poda seca são freqüentemente a especialidade exclusiva do chefe de família e às vezes de um filho mais velho, únicos detentores desse golpe de vista do especialista que deve conhecer, entre outros segredos, a arte de combinar a extensão das ramas novas com o vigor dos velhos troncos. Fato bem pouco "colonial", aliás é ser o trabalho das mulheres muito mais reduzido entre esses viticultores do que entre os colonos policultores vizinhos. Não é solicitada a ajuda da esposa e das filhas senão para certos trabalhos no parreiral, tornados aliás, muito penosos devido à altura das parreiras e para a colheita dos cachos. Somente os camponeses pobres fazem exce-

ção a essa regra pois, forçados a empregar-se durante uma parte do ano junto aos vizinhos mais afortunados, confiam freqüentemente às mulheres os trabalhos do seu pedaço de terra pessoal. Embora possuam principalmente variedades de produção direta, os viticultores muito freqüentemente se valem da enxertia. Esta prática, relativamente recente, mostra bem que os colonos aprenderam a conhecer e a conciliar as diferentes qualidades de suas linhagens. É comum, ver-se os enxertos realizados de uma maneira totalmente empírica após a troca, entre vizinhos, de porta enxertos e de enxertos locais. O enxerto em fenda completa se faz quase junto ao solo, sobre troncos de dois anos que são em seguida recobertos com terra para protegê-los do ardor do sol. A enxertia em fenda lateral é igualmente comum. Praticada a cerca de 1 m de altura, ela é em seguida protegida por um envólucro de folhas presas por ligaduras de vime. Para as enxertias de vinhas européias, a falta de experiência conduz às vezes a fracassos. Lamenta-se a fraca longevidade (8 a 10 anos) das plantas com raízes, enxertadas, enviadas pelas estações fitotécnicas locais. Quanto às experiências realizadas pelos próprios viticultores, não tiveram sucesso ainda na definição de um porta-enxerto válido.

A luta contra as muito numerosas afecções fúngicas e parasitárias dá lugar a tratamentos repetidos e até a instalações permanentes nos vinhedos. É o caso, por exemplo, dos tanques de cimento destinados a receber a calda bordalesa com a qual se faz a aspersão das videiras, de quatro a oito vezes por ano. Utiliza-se para isso uma bomba a motor e longos tubos que permitem atingir-se facilmente todas as plantas de uma quadra de vinha. Essas sulfatagens são feitas de baixo para cima, de maneira a atingir sobretudo a face inferior das folhas onde as sombras permanentes facilitam a expansão do "mildiou" chamado localmente "mufa" — e da antracnose — ou "varola" — Além da luta contra essas duas doenças fúngicas, os inseticidas começam a ser utilizados contra as formigas e diversos coccídeos que infestam as vinhas na primavera.

O fim do verão é a época dos numerosos trabalhos de menor fôlego que precedem às vindimas (limpeza das cubas, confecção e reparo dos cestos, abertura de caminhos e picadas, etc...), a ansiosa espera de uma colheita que sempre depende do acaso em razão das chuvas e, enfim, a vindima propriamente dita, que deve ser começada no início da segunda quinzena de fevereiro. Principia-se pelas videiras das porções inferiores das vertentes de maturação sempre mais precoce, deixando para o fim de fevereiro as variedades tardias como a Herbemont ou as videiras dos terrenos pedregosos mais elevados. A colônia torna-se então uma colmeia atarefada que recebe vindimadores vindos dos municípios "italianos" vizinhos, menos especializados na vinha. Muçum e Guaporé fornecem os maiores contingentes desses pobres trabalhadores que se tornam vindimadores por uma vintena de dias. Alimentados e alojados pelos proprietários, eles recebem pagamentos diários de acordo com as responsabilidades atribuídas a suas funções. Os vindimadores propriamente ditos são os menos favorecidos (Cr\$ 3,00 por dia por ocasião da vindima de 1970); os carregadores e os trabalhadores dos depósitos alcançam salários diários mais eleva-

dos, respectivamente, de Cr\$ 4,50 e Cr\$ 5,00. Mas, tanto uns quanto outros podem ser melhor pagos caso seus rendimentos sejam julgados mais satisfatórios que os da média ou se as desastrosas chuvas vêm prejudicar os trabalhos a ponto de obrigar os trabalhadores a efetuar jornadas de 12 a 15 horas.

Os trabalhos da cantina e da vinificação são freqüentemente limitados à produção exclusiva do vinho para consumo familiar para a qual são reservadas as uvas piores ou prematuramente esmagadas. Na realidade, o colono italiano prefere geralmente confiar a parte essencial de suas colheitas à adegas das cooperativas ou a algumas sociedades que se encarregam simultaneamente da vinificação e da comercialização dos vinhos.

2 – A MARCA COLONIAL

Esse último traço já é característico de uma sociedade rural que não é totalmente viticultora no sentido em que é entendido na Europa. Aliás, a que **dolorosas** surpresas mal reprimidas certos “vinhos da casa” (“vins de maison”) não **expõem** o paladar do amador ingênuo por ocasião de seus primeiros contatos com a **hospitalidade**, de resto encantadora, da colônia italiana. De fato, um bom ano para o viticultor rio-grandense é aquele que fornece, não vinhos de qualidade, mas de preferência colheitas muito abundantes, da ordem de 120 a 150 hectolitros por hectare.

Este colono de origem italiana é, pois, um pequeno viticultor que busca produzir grandes quantidades de vinhos muito ordinários. Esta orientação explica, por sua vez, algumas particularidades de suas técnicas de cultura. Assim ficamos sempre um pouco surpreendidos pela localização dos vinhedos nos municípios grandes produtores como Flores da Cunha ou Bento Gonçalves. Em setores onde as chuvas e as geadas fazem da viticultura uma especialidade algo aventureira, os vinhedos cobrem indiferentemente todas as vertentes acessíveis. Todavia, o camponês sabe que as vertentes voltadas para o norte e o leste são as melhores. Se ele não respeita este princípio é porque não hesita em assumir alguns riscos para extrair o máximo de uma cultura que ele sabe comercialmente rentável. Eis um traço característico do colono rio-grandense. É devido a essa mesma mentalidade que se deve ligar as deficiências nas podas verdes que o viticultor evita ou reduz ao mínimo a fim de obter as maiores quantidades possíveis de uva, comprometendo dessa forma a qualidade dos seus vinhos. De outro lado, por mais vinculados que estejam à sua terra, esses camponeses afastam em geral os investimentos a longo prazo como a calagem, por exemplo. Quanto às linhagens finas, eles criticam, além de sua pequena longevidade, os cuidados e os trabalhos excessivos que elas exigem para produzir, finalmente, colheitas muito modestas.

Mas se eles buscam um pouco a facilidade, ou se aceitam às vezes alguns riscos, esses viticultores não deixam de ser camponeses menos ciosos em colocar

todos os ovos no mesmo cesto. É por tal razão que as culturas de "roça" mais clássicas onde dominam o milho, o feijão, a batata-doce e, desde alguns anos, a soja, ocupam as famílias durante os curtos períodos de repouso permitidos pela vinha durante o verão. Elas são praticadas após a queimada nas terras mais argilosas das vertentes ou sobre os declives acentuados demais para a vinha. Nesse último tipo de terreno é comum a terra ser cultivada só um ano descansando depois 8, às vezes 10 anos. Essas condições, compreendemos porque as paisagens são tão pródigas em capoeiras. Os apetrechos desses camponeses são, por outro lado, dos mais rudimentares. O trabalho com a enxada, por exemplo, é ainda corrente em terras acidentadas ou pedregosas. O arado "pica-pau", tradicional por sua vez, não faz mais do que arranhar os solos com sua lâmina, sem revolvê-los. Para os animais de tração o jugo frontal é quase ignorado aqui; utiliza-se ainda o jugo de nuca e as coleiras que limitam consideravelmente a força de tração animal. Trata-se de verdadeiras sobrevivências medievais que não desaparecem senão nas grandes explorações onde o micro-trator fez sua aparição há alguns anos.

Não obstante, esses camponeses, embora autênticos roceiros em certos aspectos, conservaram alguns hábitos europeus. Um deles consiste na persistência das culturas de inverno, as únicas verdadeiramente às quais os colonos podem se consagrar sem prejudicar a vinha, cujos trabalhos principais só começam em setembro. Variedades tradicionais de trigo, onde domina ainda o Frontana, são cultivadas em rotação com o milho e feijão durante as curtas fases de aproveitamento das terras de capoeira. Os rendimentos (30 sacos por 1) obtidos por esses camponeses estão entre os mais elevados do Rio Grande do Sul. Culturas de aveia forrageira, de alfafa e de algumas outras forragens hibernais mostram, aliás, uma estreita associação entre a agricultura e a pecuária bovina, fato relativamente raro na paisagem gaúcha. Com exceção de algumas videiras de linhagens européias situadas próximas da habitação, essas culturas de forragens são as únicas que recebem regularmente o esterco do estábulo. Nessa região onde os invernos são rigorosos, as oito ou dez cabeças de gado existentes em qualquer pequena exploração são objeto de cuidados quase surpreendentes. Criadas em regime de estabulação quase completa durante três ou quatro meses, as vacas recebem forragens verdes, grãos, palha de trigo ou de milho. Essas, acumuladas em grandes medas cônicas sobre estacas, dão um ar tirolês a muitas das pequenas fazendas da região colonial italiana. Os poteiros das depressões são em si mesmos objeto de cuidados muito particulares pois são ceifados várias vezes durante o verão a fim de fornecer reservas de feno para o inverno.

Todas essas atividades extra-vitícolas não dão lugar a muito comércio. De fato, com exceção do trigo, elas visam principalmente ao consumo próprio e ao auto-provisionamento das fazendas. A fabricação da "polenta" e a alimentação dos porcos absorvem o essencial das colheitas de milho. O leite, em parte consumido fresco, é também transformado em manteiga e queijo doméstico. Estes são desprovidos de sabor, mas são tão indispensáveis a essas famílias italianas como a tradicional polenta. Alguns sacos de feijão e de batatas doces, mandioca, às vezes um pouco de

arroz completam o essencial das colheitas que os colonos reservam para seu consumo próprio. Dever-se-á naturalmente anexar os produtos de uma pequena pecuária e aqueles provenientes dos trabalhos domésticos — como a fabricação do sabão ou a confecção de cestos de vime — para completar o quadro das explorações quase independentes que são as “colônias” dos pequenos viticultores rio-grandenses. Eis aí, parece-nos um aspecto fundamental sobre o qual convém insistir, pois que a maior parte dos autores, realmente atraídos pelas explorações vinícolas muito especializadas que as autoridades locais oferecem, de preferência, a seus olhares curiosos, vem freqüentemente nos vinhedos das colônias italianas, uma monocultura exclusiva. Essa persistência policultural é aliás bem necessária, pois permite viver sem fazer apelo a um numerário que esses viticultores, verdadeiramente avassalados às indústrias vinícolas, nem sempre possuem.

B — VITICULTORES E VINIFICADORES

Para avaliar numericamente a rentabilidade dessas explorações agrícolas, não dispomos infelizmente senão de 33 balanços extraídos das entrevistas que o IBRA realizou em 1967. Um número tão pequeno de fontes é naturalmente desprovido de todo o caráter representativo sob o estrito ponto de vista estatístico, pois que a região conta com quase 17.000 propriedades. Ao menos, não considerando senão esses balanços, procuramos evitar os defeitos e os erros que, aqui, mais do que em qualquer outra região do Rio Grande do Sul, maculam essa documentação. Parece, realmente, que o colono italiano mostrou ser um tipo particularmente astucioso em relação às entrevistas econômicas. Exageros nas despesas e diminuições evidentes dos rendimentos físicos são muito comuns. Foram pois critérios de veracidade aparente, apoiados no conhecimento do terreno, que determinaram nossa escolha.

1 — RENDIMENTOS AGRÍCOLAS RELATIVAMENTE FRACOS:

Excluídos cinco casos de explorações não vitícolas, o estudo desses balanços confirma que, se as culturas de subsistência e a pecuária existem em todas as propriedades, elas não são praticadas com fins comerciais. Em verdade, essas atividades aparecem como nitidamente marginais e mesmo às vezes deficitárias por seus rendimentos físicos. É notável, sob esse aspecto, que as variações do inventário são negativas em proporções respectivas de 27 a 19% para as pecuárias bovina e suína. Esse relativo abandono da pecuária o camponês o explica pelo fato dos cuidados dos vinhedos lhe serem muito absorventes para deixarem o tempo necessário ao cuidado correto de seu pequeno rebanho. No entanto, o leite e a carne de porco auto-consumidas representam, geralmente, entre 1/5 e 1/8 do produto bruto, dependendo do ano. Em sua contabilidade muito elementar, o camponês ignora sim-

plesmente essas proporções e desperdiça assim um capital de exploração não negligenciável.

Mas ao menos, os rendimentos não são negativos. Nos 33 balanços considerados, o lucro médio se eleva a *4.732 francos*. Ele é portanto superior, àqueles que pudemos estabelecer na maior parte das outras regiões coloniais. No detalhe, entretanto, os resultados variam muito em função da superfície agrícola útil (S.A.U.) das explorações e da proporção das terras plantadas com videiras.

No estrato das explorações que possuem S.A.U. (*) inferiores ou iguais a 10 hectares, o lucro médio é de *4.157 francos*; entre 10 e 20 ha S.A.U. ele se eleva a *5.219 francos*; ele salta enfim a *9.285 francos* nas raras explorações com mais de 30 hectares. Se não é de admirar que os lucros globais com a S.A.U., é ao contrário, interessante notar que os rendimentos médios por hectare S.A.U. são mais elevados nas explorações com menos de 10 ha do que nas outras. De respectivamente *396 e 355 francos*, em média, para os estratos com mais de 10 ha e com 10 a 20 ha, os rendimentos se elevam, a *657 francos* nas pequenas explorações. O quadro nº 1 ilustra bem essa rentabilidade financeira superior do hectare S.A.U. nas pequenas explorações em relação àquelas que contam com mais de 10 hectares de superfície agrícola útil.

De seu lado o quadro n. 2 mostra, que a vinha está, em geral, na origem dos maiores rendimentos financeiros. Efetivamente, as médias dos lucros por hectare cultivado durante o ano agrícola 1966-1967 são, no conjunto, tanto mais elevadas quanto as superfícies plantadas com videira são mais importantes. Assim, enquanto que o hectare cultivado não rende em média mais que 318 francos nas explorações que consagram menos de 20% de suas terras ao vinhedo, a mesma superfície dá margem a rendimentos agrícolas médios de respectivamente *845 e 877 francos* nos estabelecimentos que dão à vinha uma área relativa de 20 a 40% ou mais de 40%.

Tais rendimentos, no entanto, nada mais são que "expressões sociais dos resultados financeiros", (**) isto é, os resultados de um cálculo muito elementar que o camponês, munido do seu caderno de contas, pode grosseiramente efetuar. Para ele, tais lucros são considerados satisfatórios na medida em que, ao término do ano agrícola, pode, por um lado, nutrir e abrigar sua família e, por outro, economizar alguns mil cruzeiros que ele investirá em seu vinhedo ou em sua casa, após tê-los já emprestado a juros na vizinhança.

De um ponto de vista estritamente econômico, entretanto, essas explorações são todas deficitárias pois se suprimirmos dos rendimentos agrícolas só os

(*) Superfície agrícola útil (N.T.)

(**) CHOMBART DE LAUWE, J. BOITEVIN, J. E TIRES, J.C. "Nova Gestão das Explorações Agrícolas" — Dunod, Paris, 1963.

montantes correspondentes aos aluguéis dos proprietários explorantes e aos salários do chefe da exploração e de sua família, teremos já resultados negativos. Eles o serão mais ainda se, com o objetivo de calcular corretamente os lucros, pudermos também suprimir dos rendimentos agrícolas as percentagens correspondentes à remuneração do capital de exploração.

Compreendemos melhor, agora, porque essas fazendas que se caracterizam por lucros agrícolas relativamente razoáveis do ponto de vista camponês, mas por perdas do ponto de vista do economista, são ao mesmo tempo estáveis e pouco progressistas. Fato sintomático de uma forte implantação camponesa: a relação de valor das benfeitorias para o da terra nua ultrapassa a unidade: média de 1,15 para as 33 explorações estudadas (1,28 para as explorações com menos de 10 ha, 1,87 para aquelas compreendidas entre 10 e 20 ha, 1,08 para os estabelecimentos de 20 a 30 ha). Convém ainda precisar que esses índices, que se situam já entre os mais elevados do Rio Grande do Sul, deveriam levar em consideração os custos das organizações permanentes dos vinhedos. Como é infelizmente impossível conhecer-se exatamente esses valores, sublinharemos apenas que sua adição aos melhoramentos imobiliários elevaria provavelmente os índices de implantação a cifras nunca alcançadas nas colônias até aqui estudadas.

Mas esses colonos enraizados, que continuam a investir maravilhosas somas na construção de casas novas, não substituem, a não ser muito lentamente, as velhas plantas do tipo Isabel e Herbemont por linhagens européias. Há muito tempo os viticultores explicavam seu pouco interesse pelo que eles chamam de "castas finas" em razão dos preços relativamente baixos que lhes eram oferecidos por sua produção.

Em 1970, entretanto, tais argumentos não tem grande valor porque os preços propostos pelas cooperativas para as uvas finas mais do que duplicaram em relação aos da Isabel. De fato, parece que a razão fundamental baseou-se, até os anos recentes, nos custos muito elevados dessas inovações. Um estudo realizado em 1970 mostra, com efeito, que os investimentos necessários durante os três primeiros anos de implantação de um novo vinhedo se elevam a 7.122 francos para um só hectare de variedades nobres. Os orçamentos anuais dos viticultores não podem, evidentemente, suportar tais escapadas de numerário.

Entretanto, desde alguns anos, o Banco do Brasil suprimiu todo o financiamento aos vinhedos de linhagens americanas para, ao contrário, auxiliar a constituição de um novo vinhedo realmente vinífero. Tal política, excelente em si mesma, produzirá frutos? É de se duvidar, a curto prazo pelo menos, quando sabemos que o viticultor não poderá senão dificilmente reembolsar os empréstimos nos prazos previstos pelo Banco, enquanto subsistirem os grandes atrasos das cooperativas e das companhias de vinificação em pagar as uvas dos viticultores.

2 – VITICULTORES SUJEITOS AOS INDUSTRIAIS DO VINHO

Sabemos já o quanto as relações entre produtores rurais e industriais podem influenciar o dinamismo de vastas extensões coloniais. As regiões vitícolas do Rio Grande do Sul fogem tanto menos a essa regra pois que todo vinificador deve ser, simultaneamente, suficientemente rico para dispor de instalações de estocagem muito custosas e ótimo enólogo para garantir a boa conservação de um vinho que suporta mal o envelhecimento. Por outro lado, os “vinhos coloniais” tradicionais devem ser habilmente tratados para fornecer os vinhos de mesa, já bem razoáveis, que as grandes adegas gaúchas oferecem cada ano aos grandes mercados urbanos.

Isto equivale a dizer que, nessas condições, poucas famílias coloniais puderam realizar a integração vertical que lhe permitiria vender diretamente aos consumidores uma produção que, embora possuindo vantagem de ser quase nada “adulterada” apresenta aquele gosto fortemente aframbosado pouco apreciado pelos conhecedores do bom vinho. Em 1965 contava-se, nos cinco principais municípios vitícolas do interflúvio Antas-Café, 88 estabelecimentos tratando a produção local.^(*) Como os maiores dentre eles estão representados nos diversos municípios e possuem várias adegas espalhadas pelas “linhas” coloniais, perfazia um total de 96 os estabelecimentos privados ou cooperativas que se ocupavam, naquela época, da transformação das colheitas. Entre esses estabelecimentos, 36 somente eram adegas pertencentes a particulares, que empregavam muito raramente mais de 4 operários e cujas cifras de negócios individuais nunca ultrapassavam *46.000 francos*. Uma vintena de pequenas sociedades anônimas ou de companhias com responsabilidade limitada empregando menos de 50 operários e realizando negócios individuais inferiores a 370.000 francos, agrupavam, por sua vez, vários membros de uma mesma família ou alguns vizinhos de um distrito colonial. Essas adegas — “ou cantinas” — produzem quase sempre um vinho muito ordinário em pipas ou em vasilhas de 5 litros, os “garrações”.

A Sociedade “Vinícola Muraro Ltda.” constitui um exemplo de associação familiar muito característica do município de Flores da Cunha, onde existem 27 adegas familiares e 9 pequenas sociedades de vinificação. Neste caso particular, três irmãos decidiram fundar uma sociedade de responsabilidade limitada para tratar a produção da propriedade familiar e de pequena parte daquela da vizinhança imediata. A exploração, com uma superfície total de 100 ha, possui 17 ha de vinhedos. Os trabalhos agrícolas são confiados a dois operários permanentes e a três famílias de “agregados” alojados sobre um pedaço de terra onde podem fazer as culturas de roça necessárias a sua subsistência. A uns e outros — sublinhamos que são todos de origem italiana — são confiados três hectares de vinha individualmente. Num bom ano como o de 1970, a produção atinge facilmente 20.000 kg de uva, por hectare, ou seja, 340.000 kg no total. As vindimas ocupam 40 a 50 homens, durante

(*) Fonte: cadastro industrial, 1965. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande do Sul. Vol X

uma vintena de dias. As operações de vinificação em si mesmas envolvem cerca de 3.000 hectolitros se considerarmos os 50.000 kg de uva fornecidos pelos vizinhos. Colocadas em recipientes de madeiras chamados "dornas", as uvas são esmagadas mecanicamente por uma "esmagadeira" elétrica. Uma primeira fermentação é feita em grandes cubas abertas de madeira de araucária, as "tinhas", enquanto que o bagaço é encaminhado aos alambiques domésticos situados não longe das cantinas. Vertido em grandes cubas fechadas, as "pipas", o vinho novo aí sofrerá uma segunda fermentação interrompida somente por alguns bombeamentos destinados a esvaziar e a limpar as cubas dos depósitos, aqui denominados "borra". Essas pipas, antes construídas em madeira de araucária estão sendo cada vez mais substituídas por cubas de madeira dura, não resinosa, como o "angico do Paraná". A fim de obter graus de álcool da ordem de 11 a 12°, deve-se recorrer ao açúcar, à razão de um saco de 60 kg, para elevar de um grau um volume de 3.000 litros de vinho. De maio a junho o vinho é estocado e constantemente vigiado na adega da empresa.

Uma vez liberada pelo serviço local de enologia, a produção é vendida sob os auspícios dos proprietários, diretamente aos distribuidores de Porto Alegre ou do Norte do Paraná. Dessa maneira, a firma Muraro pode esperar vender a totalidade do seu vinho antes do fim do ano.

Esta situação representa um pouco o ideal de todo o pequeno proprietário. Este não possui, infelizmente, o capital suficiente, não só para adquirir o equipamento completo de uma adega desse tipo, mas também para assegurar-lhe o funcionamento. Por modesto que possa parecer, um tal negócio deve poder suportar, durante quase dez meses, as pesadas despesas relativas ao pagamento da mão-de-obra, à compra dos diversos produtos de vinificação e das vasilhas nas quais se transportam os vinhos.

Nessas condições, foi primeiramente às empresas de vinificação, surgidas em sua maioria no meio local, que os colonos, por muito tempo, entregaram suas colheitas. De um modo geral, a qualidade dos vinhos se beneficiou com essa concentração industrial e comercial. Porque, ao contrário, das adegas camponesas que produzem o "vinho colonial" muito ordinário, as firmas especializadas procuraram produzir vinhos e álcoois que se aproximassem das qualidades européias. As iniciativas particulares de alguns industriais empreendedores, assim como os auxílios governamentais, estão na origem dos vinhos bastantes razoáveis vendidos atualmente pelas grandes adegas rio-grandenses no mercado brasileiro. Na falta de produção vinícola, as boas marcas de vinho e de conhaque fizeram a celebridade nacional de alguns grandes estabelecimentos de vinificação: Mosele, Luiz Michielon S.A, Sociedade Vinícola Rio-Grandense de Caxias do Sul; Adega Dreher e Vinhos Únicos de Bento Gonçalves; Estabelecimento Peterlongo e Sociedade Georges Aubert de Garibaldi; Granja União de Flores da Cunha.

Muitos desses estabelecimentos possuem grandes vinhedos onde tratam a produção própria simultaneamente com a de seus clientes. Esses se beneficiam, há

muito tempo, da ajuda financeira e técnica que os industriais do vinho lhes concedem. Relações muito semelhantes que as sociedades fumageiras mantêm com os colonos da margem esquerda do Taquari permitem aos viticultores equiparem-se e financiarem sua mão-de-obra anual sem fazer nenhuma despesa. Da mesma forma, para facilitar o armazenamento da produção, cada firma vinícola construiu "cantinas" em diversos pontos das velhas colônias italianas.

Se bem que menos rígidos em suas relações com os colonos do que a Sociedade Souza Cruz, os verificadores dirigem de fato os destinos de seus clientes endividados. Lamentações semelhantes às daquelas dos fumicultores do Oeste constituíram um dos "leit motives" de nossas entrevistas nesse meio camponês. Aqui, entretanto, a queixa fundamental se refere às delongas dos industriais para pagar o valor das colheitas. Fala-se freqüentemente em um ano, ou mesmo dois no atraso dos pagamentos. Embora um recente decreto tenha estipulado que os industriais do vinho devem, daqui por diante, pagar a metade da colheita antes do fim do mês de maio seguinte à vindima, e a totalidade em dezembro do mesmo ano, parece que esses atrasos ainda persistem.

Esta situação, que subordina o colono aos industriais, é tanto menos suportada quanto antigos abusos deixaram ressentimentos profundos na sociedade camponesa local. Lembramos especialmente, a infeliz iniciativa governamental dos anos 30 que, com o fim louvável de melhorar a qualidade dos vinhos rio-grandenses, promoveu o agrupamento de todas as adegas num Sindicato Vinícola cujos membros eram os únicos a poder tratar a produção local. Adivinha-se facilmente que tipo de abusos puderam cometer certos industriais que tinham então, efetivamente sob seu controle, a maioria dos viticultores.

Foi precisamente após o fracasso do Sindicato Vinícola que o cooperativismo tomou um impulso definitivo nos anos 30. Uma primeira tentativa de união dos produtores foi realizada em 1911 com a iniciativa de um italiano, Paternó, contratado pelo Governo do Rio Grande do Sul, Cerca de três anos após haver fundado uma série de cooperativas, aquele que foi um verdadeiro pioneiro neste campo tombou, vítima simultaneamente de suas imprudências financeiras e de uma campanha velada, organizada pelas firmas particulares.

Atualmente é muito difícil ver-se claro no domínio do cooperativismo rio-grandense e, mais particularmente, no que toca à transformação e à venda dos produtos da viticultura. Nos cinco municípios maiores produtores de uvas do interflúvio Antas-Caí, 13 cooperativas vinícolas tratam de 40 a 60% da produção segundo os anos. Se julgarmos pela opinião geral dos associados, essas cooperativas não preenchem sempre o papel social que se esperaria delas. Antes de aceitar integralmente essas apreciações, parece preferível examinar o caso de uma grande cooperativa e tentar, através desse exemplo, mostrar as vantagens e as fraquezas do sistema de cooperativismo local

Uma grande cooperativa de Garibáldi: fundada em 1931, recebeu em 1968, 24.764 toneladas de uva, ou seja, 11,4% da produção total dos 5 municípios considerados. Essa cooperativa que produz, entre outras marcas, os célebres vinhos "Precioso", agrupava nessa data 1.628 associados, dos quais aproximadamente a metade habitavam o município de Garibaldi. A matriz e 30 adegas rurais disseminadas pelos campos vizinhos recolhem as uvas e os vinhos dos associados que forneceram uma produção total de 230.000 hectolitros de vinho para a colheita de 1968. Os balanços, concluídos em 30 de junho de 1969, mostram um crédito de mais de *19,5 milhões de francos*. Ora, o retorno calculado aquela data não excede os *410.000 francos*, ou 1,7% das vendas. Os depósitos nos fundos de reserva, de desenvolvimento econômico, de educação e de assistência acercavam-se apenas a 1%. No capítulo das despesas não se nota qualquer investimento de infraestrutura. Nessas condições, o viticultor é levado a considerar com alguma irritação a fraqueza dos retornos. Por outro lado, os pagamentos das colheitas sofrem atrasos frequentemente comparáveis aos das firmas particulares. Segundo as previsões da administração de então, a colheita de fevereiro de 1969 não deveria ser totalmente saldada senão em julho de 1970. Em outras palavras, o camponês não podia contar com a totalidade do pagamento de suas vindimas de 1969 para preparar seu campo em 1970. Em dezembro de 1970 apenas a metade de suas colheitas deveria estar paga. Além do mais, duas cláusulas particulares dos estatutos da cooperativa são vistos freqüentemente pelos produtores como meios intoleráveis de coação. Uma especifica que o associado é obrigado a destinar à cooperativa a totalidade de sua colheita; a outra prevê que em caso de demissão o associado tem direito ao reembolso de sua quota-parte, mas sem reavaliação. Num país onde a inflação é galopante, torna-se evidente que essa última cláusula equivale a uma perda certa para o associado recalcitrante desejoso de retirar-se. O viticultor tem portanto a impressão de estar preso num círculo vicioso do qual é praticamente impossível sair sem arriscar-se a grandes perdas.

Os responsáveis pela cooperativa, por seu turno, defendem-se argumentando com a necessidade de aumentar regularmente o capital social, o que obriga à diminuição da parte consagrada aos retornos. Eles sublinham, por outro lado, que a inconstância dos produtores, quando não obrigados a entregar toda a sua colheita, forçou-os a introduzir a cláusula do comprometimento integral das vindimas. Quanto à falta de numerário ao qual o produtor se diz constantemente exposto, é ela compensada pelos adiantamentos de material que a cooperativa concede cada ano a seus associados às vésperas dos grandes trabalhos dos vinhedos. Os atrasos se auto-justificam pelo fato de ser o vinho um produto que não se pode pretender lançar no mercado antes dos meses de setembro ou outubro de cada ano. Enfim o mal fundamental decorre da insuficiência de capital de giro para o qual o colono nunca colabora. Na realidade ele manifesta pouco interesse aos investimentos com taxas anuais de 12% quando pode emprestar seu dinheiro a juros, com taxas mensais de 5 a 10%!

C – UMA VIDA RURAL QUE SAI DO ISOLAMENTO

Se existe uma região rural no Rio Grande do Sul onde a noção sociológica de comunidade adquire algumas vezes um significado geográfico é exatamente nessas velhas colônias de viticultores. Já, no Alto-Uruguaí, notamos a tendência espontânea dos colonos de origem italiana em formar “pameaux” agrupando inicialmente os parentes e logo após alguns vizinhos ao redor da “bodega” e da capela. Aqui essas formas de agrupamentos elementares são, ao mesmo tempo, mais numerosas e de origens mais variadas.

1 – UMA VIDA COMUNITÁRIA VIVAZ

Há inicialmente casos típicos de correspondência quase perfeita entre um agrupamento humano e uma unidade geográfica determinada. Eles estão principalmente localizados de um e outro lado de uma linha unindo Caxias, Farroupilha e Garibaldi. Ao norte e ao sul dessa reta que coincide grosseiramente com o divisor de águas entre os afluentes do Taquari-Antas e o do Caí, o planalto basáltico está efetivamente fracionado em pequenos esporões separados por vales a miúdo profundamente encaixados. Esta morfologia provocou duas formas de comunidades rurais. Uma, a mais rara, está agrupada em torno de um lugarejo ou de uma povoação situadas num fundo de vale alargado graças a um afloramento arenítico ou a uma confluência. A depressão de Loreto, a sudoeste de Caxias, e várias pequenas aglomerações do oeste do município de Garibaldi agrupam assim habitantes que têm consciência nítida de viver num meio físico original. Em oposição a esse tipo de comunidade “em cova”, situa-se a dos esporões do planalto, limitadas pelas cornijas basálticas. Quando de extensão reduzida, esses pedaços de planalto podem abrigar células rurais muito homogêneas cujas relações com o exterior estiveram durante muito tempo limitadas pela precariedade dos caminhos vicinais que as uniam às sedes dos municípios.

Estes são, entretanto, casos extremos. O mais freqüente, se é verdade que cada habitante tem consciência de pertencer a uma comunidade determinada, é esta não possuir uma base geográfica precisa. Discernimos, entretanto, muito facilmente, o centro que é ao mesmo tempo social, de culto e freqüentemente também econômico e cultural. Este pode ir do simples “povoado” até a “vila”. Aqui como alhures evitaremos de atribuir a essas duas expressões as traduções simplistas de “hameau” e de “village” (povoação). Entre o povoado e a vila existem com efeito diferenças numéricas e funcionais algumas vezes nítidas, mas com muito freqüência bastante delicadas. Em geral, todavia, podemos considerar que os “povoados” são essencialmente rurais e agrupam, cada um, de 5 a 30 casas. As “vilas”, por outro lado, podem ser desde simples aldeolas até pequenas cidades tanto pelo número de seus habitantes como pela desigual importância de seus setores secundário e terciário. Seja como for, essas duas formas de agrupamento constituem freqüentemente os

centros de comunidades rurais muito dinâmicas. A prática religiosa é aí a base fundamental, mais ou menos visível, das reuniões comunitárias. Mas se é na igreja e na capela que são cumpridos seus deveres para com o Eterno, é no salão de baile ou no bar sempre próximos que se procura passar as alegres tardes dominicais da colônia. As festas religiosas são também celebradas com um belo entusiasmo. Para o nosso propósito é sobretudo interessante de saber que essas construções e as manifestações que elas abrigam são freqüentemente o resultado de recursos e de trabalhos comunitários dirigidos pelos padres locais. Esta vida comunitária é possível constatar-la em outros domínios além do espiritual ou recreativo. A ajuda mútua para os trabalhos do campo, se bem que pouco conhecida, é já uma manifestação. Mas é mais comum ainda ver colonos de uma mesma comunidade se unirem para assegurar atividades de interesse coletivo: manutenção de uma estrada, reconstrução de uma escola ou da igreja, por exemplo. Enfim, o povoado ou a vila abrigam também a escola e, as vezes, a adega vinícola — cooperativa ou não — que constituem fortes fatores de união entre os membros das comunidades. Todavia não há qualquer dúvida de que o vigor dessa vida social tem outras raízes além da simples religiosidade ou de uma verdadeira tendência gregária desses colonos de origem italiana. De fato, esses viticultores dispõem, mais do que qualquer outro homem dos campos coloniais "interiores", dois meios de sair de sua fazenda e de participar da vida de uma coletividade: uma certa disponibilidade financeira e uma rede de estradas suficientemente anastomosada para assegurar a ligação de todos os distritos.

As estradas, aliás, possuem um outro papel fundamental nas colônias italianas, pois elas explicam, pelo menos tanto quanto a procura da água, a localização atual do habitat rural. A fim de aproximar-se dos caminhos, os camponeses procuram cada vez mais tornar-se independentes das fontes naturais escavando poços, instalando cisternas ou canalizando a água de uma fonte ou de uma barragem artificial. Assim, em Farroupilha, no ano de 1966, uma entrevista da ASCAR revelou que 36% das famílias se servia de poços e cisternas, 55% tinha água na pia graças às canalizações, enquanto que 9% somente dependia diretamente ainda, para seu abastecimento, dos rios ou regatos. Esses fatos explicam a freqüência de um habitat disperso de um tipo muito particular que poderíamos qualificar de "nebuloso linear" ao longo dos "travessões" e das picadas da colônia.

A topografia introduz entretanto soluções de continuidade nesses alinhamentos, porque o colono evita instalar seu habitat sobre os declives muito abruptos onde os lençóis freáticos são naturalmente pouco abundantes e irregulares. Além disso, tal localização obrigaria situar o potreiro junto à água, isto é, muito longe da casa, forçando assim animais e pessoas a penosos percursos quotidianos. Por isso essa forma nebulosa não é realmente visível sobre o planalto ou sobre as baixas-vertentes dos vales.

Contrariamente ao que com muito freqüência se afirma, não existe um só tipo de casa rural italiana nas colônias consagradas principalmente à vinha. Na realidade três estilos arquitetônicos, pelo menos, aí coexistem. A casa-bloco, eleva-

da, foi sempre descrita como sendo a típica desses viticultores, porque ela se compõe de uma adega de pedras ou de tijolos no sub-solo e de um andar, de madeira ou de alvenaria, consagrado à moradia. Podemos desde então duvidar que uma tal construção represente efetivamente a casa da maioria dos viticultores, quando sabemos que, exceção feita de alguns barris de vinho para o consumo familiar, nosso viticultor não é, em geral, um vinificador. De fato, a realidade mostra que essa casa é sobretudo dos exploradores mais ricos e dos viticultores que fazem seu próprio vinho. Esta casa rural não é de modo algum a mais antiga já que não pode ser anterior a 1920, data em que a vinha começou a tomar um certo impulso. Ela poderia ter sido, é verdade, simplesmente imitada de certos habitats de regiões vitícolas italianas, mas isso parece muito duvidoso, pois a maioria dos ancestrais dos viticultores atuais veio das regiões pouco vitícolas da Itália do Norte.

Na realidade, existe um outro tipo de habitação, bem menos original que os primeiros colonos adotaram de forma generalizada, quando de sua instalação e que é ainda largamente difundida na colônia. Trata-se de casas baixas, cujos telhados podem ter de duas a quatro inclinações. Elas são freqüentemente flanqueadas por uma construção mais modesta, ligada ou não, servindo de cozinha. Essas casas eram ainda construídas há uma dezena de anos. Existe, enfim, um terceiro tipo de casa que encontramos nos distritos mais ricos, como os de Monte Belo ou de Coronel Pilar. A adega não existe ou está reduzida a um simples sub-solo; a habitação em si mesmo não tem nada de rural além da sua localização pois que o conforto nela encontrado (água canalizada, quarto de banho, gabinetes sanitários interiores) e o estilo moderno de sua construção lembram mais a "vila" suburbana do que o estabelecimento rural propriamente dito. Aliás, qualquer que seja o estilo de casa adotado, o habitat desses viticultores não lembra, em geral, a fazenda colonial clássica porque as edificações da exploração propriamente dita são aí de pequena monta. Isso decorre evidentemente do fato de estarem as culturas de subsistência e a pecuária aí reduzidas ao consumo familiar; nessas condições, não se tornou necessário construir aqui os imponentes galpões e as mal-cheirosas pocilgas características das regiões baixas.

Esses viticultores que constroem casas novas, que aprimoram as estradas e que se integram de boa vontade às dinâmicas comunidades rurais vivas, são pois bem diferentes dos colonos isolados do oeste rio-grandense ou do Alto-Uruguai.

Seria no entanto ainda necessário viver muito tempo entre eles para pretender avaliar até que ponto se libertaram das tradições que, até aqui, frearam a evolução de muitas colônias. Através das observações e das entrevistas de campo não se consegue, infelizmente, senão alguns ensinamentos pouco seguros. Por exemplo, acreditamos notar que a língua italiana é ainda freqüentemente falada em família, mas que ela não impediu de maneira alguma a esses camponeses o domínio perfeito do português. Tanto quanto pudemos julgar, os dialetos falados por esses descendentes de italianos são muito mais lusitanizados e coloridos de longínquos modismos de origens regionais para que os possamos comparar à língua de Dante.

Observamos sempre no decorrer das entrevistas que os camponeses evitam falar seu dialeto, o que certos colonos alemães ou poloneses parecem ao contrário, gostar de fazer, particularmente em presença de um estranho à colônia.

Um outro sinal de evolução mais social ainda, mas não desprovido de interesse, reside nas distâncias que os colonos, todavia muito ligados tradicionalmente a seu clero rural, tomam em presença dos padres muito doutrinários. Se não se pode negar, efetivamente, que o vigário desempenha ainda um papel fundamental na comunidade, deve-se precisar que é porque ele é um elemento de ligação, que se desincumbe bem das pequenas tarefas culturais de interesse coletivo e, sobretudo, porque ele soube, em geral, evoluir. Conta-se que, outrora, um padre irritado com a avareza de suas ovelhas as ameaçou com esses termos: "Nossos vizinhos do município X... acabaram de ser atingidos pelo granizo que arruinou suas colheitas; saibam que isso pode ser uma vingança do Céu que os desejou punir pelas suas esmolas muito mesquinhas. Se vós continuardes a mostrar-vos ainda avaros, a mesma sorte poderá vos tocar..."; os colonos, assustados, participaram maciçamente na coleta do culto e o granizo, de fato, não ocorreu. Lenda, simples exagero ou realidade? Evitaremos de o afirmar, mas notamos que uma tal estória faz sorrir agora os camponeses. Aliás, a cidade de Garibáldi que poderia ter se chamado "a maior fábrica de padres e de religiosos do Brasil" não atrai mais vocações. Se desejarmos afinar com a diapasão da assimilação assaz irreverente que precede, deveremos dizer que o enorme convento que domina a cidade não funciona mais atualmente senão a 10% de sua capacidade, ao passo que os Irmãos Maristas vizinhos que ensinam no colégio Santo Antônio foram obrigados a encontrar em seu monopólio muito rentável do vinho de missa brasileiro uma consolação para a perda quase total de seus alunos internos.

Esta evasão dos quadros demasiado constrangedores da tradição ancestral não escapou à ASCAR, que soube muito habilmente orientá-la para introduzir algumas inovações nesse meio rural. No domínio agrícola, por exemplo, ela já conseguiu, entre outros resultados, um certo desenvolvimento da pecuária leiteira. Do ponto de vista social, um relatório de 1966 mostrava que 30% das famílias rurais possuíam chuveiro, que 35% já haviam adotado os W.C. realmente higiênicos, e que 19% filtravam ou ferviam sua água de consumo durante o verão. Três anos depois, um relatório idêntico concluía que, entre as famílias "trabalhadas" pelas assistentes sociais desse organismo, 53% tinha feito instalar água na pia, 35% utilizava regularmente o filtro de água, enquanto que 67% possuía instalações sanitárias dignas desse nome.

Entretanto, por mais progressistas que sejam, os camponeses desses cinco municípios não deixaram de ser "gringos" que mantêm ainda poucos contatos seguidos com os elementos humanos não coloniais. Os resultados desse relativo enquistamento na escala regional são sentidos tanto nos dramas familiares que provocam os relacionamentos sentimentais extra-coloniais, quanto nas estatísticas que estabelecemos a partir dos registros de Estado Civil. Assim, em Monte Belo,

distrito vinícola de Bento Gonçalves, os casamentos entre os descendentes de italianos e elementos não coloniais são raríssimos:

ANOS	Nº TOTAL DE CASAMENTOS	Nº DE CASAMENTO MISTO
1950 e 1951	51	1
1960 e 1961	66	1
1968 e 1969	82	2

Assinalamos ainda que as quatro exceções mostram que se tratam de moças de origem italiana que desposaram não colonos. Sob esse aspecto o mundo rural "italiano" alinha-se perfeitamente com o "alemão".

2 – VITICULTORES E CITADINOS

Este mundo rural, progressista e rico — pelo menos em relação às demais colônias da "encosta" — não sofre, com tanta intensidade como alhures, as conseqüências da atração urbana. Entre 1950 e 1960 todos esses municípios vitícolas registraram, efetivamente, um aumento absoluto de sua população rural. Em valor relativo esse acréscimo chega mesmo a ser superior à média do Estado, salvo em Garibaldi, talvez porque uma parte do seu território não é vinícola. Sob esse aspecto é notável que Flores da Cunha e Farroupilha, municípios mais especializados em vinha na região, sejam também os que registram o maior crescimento da população rural e o menor aumento da população urbana entre os recenseamentos de 1950 e 1960.

Essa relativa estabilidade dos viticultores é ainda mais notável pelo fato das cidades desses cinco municípios terem conhecido um belo aumento de população entre os recenseamentos de 1950 e 1960. Contamos, efetivamente, mais de 41.000 novos habitantes urbanos nas cinco aglomerações dessa região colonial. Caxias do Sul, que abrigou em 1960 uma população de 60.607 habitantes, absorveu sozinha cerca de três-quartos desse acréscimo. Quinta cidade do Estado por sua população, Caxias podia já em 1960 exercer uma atração sobre os rurícolas pobres, graças a seus 276 estabelecimentos industriais empregando quase 7.500 pessoas (das quais 1.890 na metalurgia de transformação, 1.200 na textil e, respectivamente, 779, 665, e 542 nas indústrias relacionadas à madeira, aos couros e aos vinhos).

Esse inchaço da população urbana é alimentado unicamente pelo êxodo rural dos campos vizinhos. Os maiores índices de imigração não se verificam nos municípios vizinhos de Caxias, mas sim nos setores de campo (Bom Jesus, Vacaria, São Francisco de Paula) relativamente afastados da capital regional italiana.⁽³⁾ São, aliás, trabalhadores rurais vindos dos campos setentrionais que povoam em maior proporção os bairros periféricos pobres de Caxias.

O impacto do crescimento urbano sobre o mundo rural circundante não é entretanto limitado a essas funções demográficas. Parece, efetivamente, ser necessário também atribuir-lhe três séries de mudanças que são, infelizmente, difíceis de cifrar: — À primeira série de transformações podemos ligar, com segurança, certas orientações novas nos tipos de cultura e de pecuária nos arredores das cidades. Sob esse aspecto, a criação de um serviço municipal de assistência rural em Caxias do Sul parece ter contribuído largamente para modificar as produções agrícolas desse último município, em função da demanda de um mercado urbano bastante desenvolvido. As inovações, são aí entretanto limitadas, tanto pela insuficiência das indústrias de tratamento dos produtos do solo, quanto por uma atitude muito freqüente do colono, que renuncia mais dificilmente a sua vinha do que a suas culturas de sobrevivência e à sua pequena pecuária. Na maioria dos casos ele intensifica somente um ramo de suas atividades tradicionais. O relativo desenvolvimento da criação de vacas leiteiras constitui um bom exemplo. Não existe, com efeito, um setor verdadeiramente leiteiro ao redor das cidades da colônia italiana. Nota-se somente que, nos distritos próximos à cidade, junto às estradas ou nas baixadas úmidas, as pastagens naturais e plantadas ganham uma extensão inusitada. O galpão-estábulo e a estrumeira estão aí, via de regra. Um certo cuidado de melhoramento zootécnico transparece nos cruzamentos agora freqüentes entre os animais locais e os de raça Holandesa e Jersey. As transformações são, contudo, modestas à escala das paisagens. Elas o são menos para os orçamentos familiares que aumentam com os produtos da venda dos bezerros e das entradas regulares do numerário proveniente da venda do leite. Em contrapartida é necessário considerar as despesas para a compra de reprodutores e de uma alimentação suplementar para o gado durante o inverno (farelo, rações balanceadas, farinhas de milho e mandioca). O viticultor comum, sempre com pouco dinheiro disponível, seria incapaz de fazer face a tais despesas. Assim, um "leiteiro" do lugar denominado "Três Léguas" dispendeu uma soma de *13.427 francos* durante o ano agrícola de 1966-67 para obter uma produção de *15.828 francos*. Essa orientação supõe, pois, da parte do produtor, uma revisão completa de sua maneira de considerar sua exploração. Uma tal especialidade não poderá adquirir grande importância enquanto Caxias não possuir uma empresa de pasteurização e de engarrafamento de leite. Até agora a produção tem se limitado ao consumo citadino de leite fresco e ao aprovisionamento de pequenas queijarias urbanas. Alguns colonos já vendem diretamente à cooperativa leiteira de Feliz uma produção que eles não podem colocar nos mercados urbanos locais.

A insuficiência da industrialização limitou também outras especializa-

ções que seriam todavia bem adaptadas às pequenas explorações coloniais. A horticultura extensiva e a fruticultura entram nessa categoria. Num caso e noutro o camponês não faz senão aumentar a superfície do pomar ou da horta e o número de pés de árvores frutíferas, disseminados em sua exploração, evitando todo o investimento de importância. O temor de uma venda infeliz faz com que ele explote ainda mal as excepcionais possibilidades climáticas dos vales quentes do Caí e do Taquari-Antas. Como na colônia alemã vizinha, é ainda em sumárias barracas instaladas à margem das estradas, que ele vende sua produção aos cidadãos.

A apicultura e a cunicultura atraem bastante os camponeses. Mas, nesse domínio ainda, as tradições são férreas não obstante os encorajamentos, as exposições e os auxílios técnicos que a dinâmica municipalidade de Caxias proporciona aos colonos. Esses, com efeito, não viram até agora, nessas duas atividades, senão uma possibilidade de completar os orçamentos familiares sem imobilizar o capital e sem perturbar os calendários agrícolas. Por isso as produções permanecem modestas (3.956 apicultores de Caxias forneceram, em 1967, apenas 19 toneladas de mel). Quanto aos estabelecimentos verdadeiramente especializados na criação de coelhos para aproveitamento da carne e da pele, não se conta mais que uma dezena em todo o município.

Para todas essas especialidades peri-urbanas conta-se um número muito reduzido de verdadeiros inovadores face à massa colonial que permanece, ao contrário, muito prudente ante às produções exclusivamente comerciais de escoamento aparentemente incerto.

Única exceção a essa regra, a avicultura é uma atividade que, diante da importância do mercado urbano local, promoveu verdadeiras especializações na periferia imediata das cidades. Em 1967 contava-se já 48 "granjas" de criação de frangos nos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha, Garibaldi e Nova Petrópolis. Essa criação abandona completamente as normas habituais do galinheiro doméstico do colono, pois é realizada em grandes galpões cobertos e não depende da produção das fazendas para a sua alimentação. A moda do frango grelhado — o "galeto" — nos diversos restaurantes das cidades coloniais e os escoa-douros industriais oferecidos pelo frigorífico Rizzo de Caxias certamente muito contribuíram sem dúvida para encorajar esses investimentos. Mas essa não é talvez a única razão para o sucesso dessa criação. Deve-se, com efeito, levar em conta também o papel decisivo que os cidadãos desempenharam na adoção dessa novidade.

O interesse dos cidadãos pelas atividades e pelas terras rurais constitui, com efeito, um segundo aspecto fundamental do relacionamento cidades-campo nessa região da "encosta" rio-grandense. De um levantamento envolvendo 96 compras de terra pelos habitantes de Caxias, entre julho de 1968 e janeiro de 1970, pode-se tirar já algumas conclusões que mereceriam ser confirmadas por um estudo mais aprofundado. Parece que os cidadãos davam uma preferência muito maior às terras do município de Caxias, já que foram encontrados somente três casos de

compra nos municípios vizinhos de Farroupilha, Flores da Cunha e São Francisco de Paula, três outros em Santa Catarina e um só em Mato Grosso. Essa última compra merece entretanto uma menção especial, pois, envolvendo mais de 1000 ha, ilustra uma tendência muito recente dos descendentes de colonos italianos em investir no Brasil Central, onde as terras constituem ainda muito bom negócio, e, se acreditarmos na opinião geral, prometem uma grande valorização a médio prazo. Segunda constatação: certos distritos parecem atrair mais que os outros os investimentos citadinos. O primeiro distrito (o de Caxias) tem a preferência de 40,6% dos compradores; vêm em seguida os distritos de campo de Fazenda Souza (13,5%) e Criuva (12,5%); depois (nos setores coloniais propriamente ditos) os distritos de Santa Lúcia do Piaí (11,4%) e de Galópolis (9,4%). Fato a ser notado os distritos de Forqueta e de Ana Rech embora bastante próximos de Caxias, não suscitaram compras importantes durante esse período. Quanto ao de São Marcos, parece não interessar absolutamente aos citadinos.

Várias razões parecem ter orientado essas escolhas. A preferência manifestada pelo distrito de Caxias do Sul se explica sobretudo pela procura de terras próximas da cidade ou, pelo menos, bem acessíveis aos citadinos. Os preços atingem aí, às vezes, os valores consideráveis de 5.500 a 18.500 francos o hectare. É nessas terras que se encontram as casas de campo dos ricos citadinos e, precisamente, as especialidades mencionadas acima. Na maioria dos casos as vendas referem-se a superfícies de 0 a 5 hectares (1/3 dos compradores). Mas, além de sua conformação geográfica muito alongada no sentido Norte-Sul, o primeiro distrito engloba também terras muito afastadas e relativamente baratas, da ordem de *370 a 1.480 francos*. Nesses setores compra-se sobretudo superfícies de 5 a 20 ha (60% dos compradores); compras semelhantes são feitas pelos citadinos nos distritos florestais de Santa Lúcia do Piaí e de Galópolis. Em todos esses casos, parece que os investimentos se justificam não somente pelos preços ainda baixos das terras, mas também pela rede de estradas e caminhos vicinais que ligam diretamente esses distritos à cidade de Caxias. Não se deve ver, entretanto, nessas aquisições um retorno integral à terra. No máximo instala-se aí um arrendatário ao qual se exigirá um terço de suas colheitas, ou um administrador assalariado. Enfim é de se notar que, salvo nos arredores imediatos de Galópolis, essas terras possuem bem poucos vinhedos. Os camponeses que estão menos ligados a elas aceitaram, portanto, com maior facilidade, a idéia de se desfazerem das mesmas.

É certamente por uma razão diametralmente oposta que os distritos de Forqueta e Ana Rech se colocam muito pouco dentro do raio imobiliário urbano de Caxias, ao menos durante o período estudado. Encontram-se aí, de fato, vinhedos recentes e nobres, dos quais uma parte produz uvas de mesa de ótima qualidade. É verdade também que os preços muito elevados das terras limitaram as compras aí. De outro lado, os distritos de Vila Seca, Vila Oliva e São Marcos não parecem exercer qualquer atração notável sobre os citadinos, pois além de serem pobres apresentam a topografia acidentada das regiões de contato entre o campo e a floresta.

O campo, ao contrário, atrai todas os capitais pois em Criuva e em Fazenda Souza, são encontrados tanto lotes de algumas centenas de metros quadrados quanto uma autêntica fazenda de 532 ha. Os preços das terras de campo, quase sempre inferiores aqueles da colônia, explicam em parte tais escolhas. Por outro lado, as estradas ensaibradas permitem chegar muito facilmente a essas subprefeituras. A topografia em "coxilhas" facilita, alhures, as comunicações com o interior desses distritos. Mas pode-se perguntar também se as paisagens abertas desses campos não atraíram os citadinos por razões puramente afetivas, pois possuir seu pedaço de terra, no domínio reservado por tanto tempo aos autênticos gaúchos, proporciona uma satisfação bem agradável a esses descendentes de pequenos colonos.

Terceiro fato fundamental, muito visível nas paisagens e já sensível nas estatísticas do recenseamento de 1960, as "vilas" dos cinco municípios vitícolas do Rio Grande do Sul crescem em ritmos muito diferentes. É de se notar que, entre essas aglomerações com menos de 1000 habitantes em geral, as mais dinâmicas são, ou pequenos centros de setores vitícolas ricos (Monte Belo e Otávio Rocha) muito bem servidos por estradas de terra de tráfego permanente, ou de antigas povoações promovidas ao papel de pequenas cidades satélites de Caxias do Sul (Ana Rech), ou, finalmente, algumas das vilas localizadas no contato de dois meios físicos diferentes. No que concerne a essas últimas aglomerações, os dados estatísticos brutos tenderiam efetivamente a mostrar que, entre as aglomerações mais dinâmicas, muitas se situam nos contatos entre o campo e a floresta (Vila Seca e São Marcos) ou ainda entre as regiões altas e baixas (Daltro Filho, Jansen, Nova Milano, Pinto Bandeira, Santa Lúcia do Piaí). Não há nenhuma dúvida de que essas povoações ou pequenas cidades nasceram desses contatos topográficos ou ecológicos e se desenvolvem em função de trocas comerciais primárias entre as sociedades rurais muito diferentes dos vales, da escarpa arborizada e do planalto erbáceo. Antes de 1950, Orlando Valverde podia assim insistir, muito justamente aliás sobre o papel fundamental das trocas entre o campo dos criadores e as florestas coloniais, no crescimento de Vila Seca.

Entretanto, por sedutoras que possam ser essas formas de localização das vilas surgidas segundo toda verossimilhança dos contatos entre meios naturais diferentes, parece que os progressos da rede de estradas promoveram o nascimento de uma hierarquia infinitamente mais banal, baseada sobre o maior ou menor afastamento dos polos regionais. Esses fatos explicariam, em particular, os casos de declínio ou de fraco crescimento de aglomerações situadas em certos contatos descritos mais acima (Oliva, Criuva, Coronel Pilar, Nova Pádua) cujo crescimento estacionou ou, pelo menos, tornou-se muito mais lento, pela construção de novas estradas.

Tais estradas permitiram ligações diretas com as cidades ou com os centros "relais" que, melhor situados, puderam irradiar uma área de influência outrora circunscrita ao seu ambiente imediato. Se, atualmente, tanto as estatísticas quanto a observação mostram que algumas dessas aglomerações apresentam, apesar de tudo um belo crescimento (Nova Roma, Pinto Bandeira, Nova Milano, Seca), é

precisamente porque a atual vida de relação lhes conferiu um papel de "relais". Tal papel assegura agora a substituição das antigas atividades ligadas às trocas primárias entre regiões de vocações rurais diferentes. Uma nova rede urbana está, pois, prestes a nascer, em consequência, ao mesmo tempo, de uma ruptura de isolamento dos campos e do crescimento urbano que caracteriza essa região da encosta do Rio Grande do Sul.

D – NOS LIMITES DO MUNDO VINHATEIRO

Os vinhedos desaparecem nas terras quentes do Sul onde se passa insensivelmente do mundo italiano à colônia de origem alemã. Exceto o habitat, nada nas paisagens rurais permite distinguir as etnias de origem, que se interpenetram, graças, principalmente à expansão dos agricultores de origem italiana sobre as terras anteriormente ocupadas pelos pioneiros alemães. As casas, os costumes alimentares, os dialetos podem diferir, mas a ação do meio é tal que, seguidamente, ela fundiu teutos e mediterrâneos num mesmo homem que pode ser alternativamente rude, desconfiado, quase hostil quando isolado mas ao contrário, industrioso e disposto a longas conversas comerciais, quando habita junto à rodovia. Ao contrário, para o Norte, os vales do Taquari e das Antas introduzem um corte no próprio seio da colônia italiana. A vinha, fugindo simultaneamente aos fundos do vale e aos solos vermelhos das frágeis florestas de araucárias do planalto, não se prende senão a algumas vertentes pedregosas. Capoeiras de 5 a 10 anos, florestas secundárias e, às vezes, fragmentos de floresta primitiva evocam a luta do colono contra os "morros". Em certos terrenos particularmente acidentados ou isolados, as paisagens mostram que essa luta foi vã e que o colono não passou de um roceiro fugitivo. Nesse caso o mato invadiu os campos, a ponto de fazer desaparecer até mesmo os limites originais dos lotes. Entretanto, a "franja" de abandono é raramente total, pois alguns campos de milho e de mandioca, uma pequena criação de porcos, um habitat envelhecido e arruinado mostram, freqüentemente, que os jovens partiram, mas que os velhos se prendem ainda ao terreno. O colono italiano, todavia considerado instável, também procurou uma penosa sobrevivência na adoção de novos tipos de cultura e de criação. Portanto, entre os roceiros do Alto Uruguai, os pobres colonos do Oeste e os verdadeiros camponeses que são os vinhateiros da encosta, esse mundo é o da transição.

Ao Norte do vale do Taquari, o território de Veranópolis marca uma primeira etapa nessa transição. Os colonos são ainda aí, parcialmente viticultores, pois existem 3.000 ha de vinhedos ao redor da cidade propriamente dita e no distrito de Cotiporã, ao Sudoeste do município. Aqui também os viticultores escovaram os terrenos pedregosos conquistados à floresta subtropical. Em aparência, esses vinhedos assemelham-se aos do Sul, pois eles engendraram simultaneamente as mesmas paisagens e as mesmas relações entre produtores e industriais. Contudo, a vinha não é aqui uma cultura privilegiada, capaz de fazer passar ao segundo plano as

culturas de subsistência do colono. O milho e o trigo ocupam, com efeito, um lugar importante nas vertentes. Por ocasião das entrevistas, parecia que o apego desse camponês à sua vinha não ia a ponto de obrigá-lo aos exaustivos esforços de reconstituição de solos aos quais os verdadeiros viticultores estão habituados. A equipe local da ASCAR fez, em fins de 1967, um balanço anual eloqüente sob esse aspecto: somente 20 a 30% dos agricultores visitados praticavam a resteva, nenhum utilizava os adubos, enquanto que apenas 47 toneladas de cal havia sido utilizada. É certo que, naquele ano, os viticultores souberam combater as doenças pelo emprego, em tempo útil, de fungicidas e inseticidas modernos. Mas, paralelamente, deplorava-se erros na poda seca ou na época do lavradio e incertezas relativas à técnica e à época da poda verde. Esses são alguns fatos que revelam um viticultor menos experimentado do que o seu homólogo do Sul do vale.

Alhures, o colono é antes um roceiro, que um verdadeiro camponês. Suas duas culturas fundamentais, o milho e o trigo, são praticadas em rotação durante dois ou três anos, em terras que abandona, de oito a dez anos. Em seguida, esse colono é também um coletor que despoja todos os anos, em agosto e setembro, as árvores de erva-mate nativas as quais, todavia, respeita por ocasião do desmatamento. Ele prefere em geral esta solução, bastante trabalhosa, à da plantação das illex, apesar dos encorajamentos oficiais que podem lhe ser facilitados nesse sentido. Excetuando os setores vitícolas, Veranópolis lembra o aspecto das novas colônias.

Nesse município fez-se também a experiência de uma cultura permanente que se acreditou, durante certo tempo, poder ser homóloga da vinha para solos profundos e esgotados da alta escarpa. O tungue, a cultura dessa pequena árvore, originária da China, fora precisamente do município de Veranópolis, limitou-se apenas a tímidos ensaios no Rio Grande do Sul. Introduzido em São Paulo em 1929, o tungue tinha como seduzir os responsáveis rio-grandenses, preocupados pelo empobrecimento constante das velhas colônias. Em 1966, o boletim mensal da Cooperativa "Cotung" de Caxias do Sul podia ainda escrever, para encorajar essa cultura, a "produção está muito afastada de satisfazer a capacidade de consumo interno". De fato, os frutos do tungue podem, em virtude de suas qualidades impermeabilizantes, entrar na fabricação de uma grande variedade de produtos (óleos, tintas, vernizes, resinas, isolantes, revestimentos para tecidos, papéis, cartuchos). É difícil, por outro lado, imaginar uma cultura mais fácil de introduzir no meio colonial porque, prestando-se perfeitamente à associação o tungue podia ser plantado nas roças, a intervalos regulares de 7 metros, sem alterar em nada os métodos de cultivo e as culturas tradicionais. Finalmente, detalhe não negligenciável, os frutos dessa árvore não são colhidos e sim apanhados secos sobre o solo. Apenas a demanda, por muito tempo reduzida unicamente à firma Renner de Porto Alegre, poderia ter feito os colonos hesitarem até 1949. Nessa data uma cooperativa foi fundada em Caxias e encorajou fortemente essa plantação. Veranópolis fez então dessa planta a sua cultura comercial por excelência. Dando seus primeiros frutos aos três anos e, produzindo em média 10 quilos por árvore, o tungue poderia constituir uma especialidade rentável,

na hipótese de um mercado estável. Houve efetivamente entusiasmo quando se viu as altas regulares dos preços até 1966 e que se embolsou promissores retornos. Como em todos os casos semelhantes a moda chegou a tal ponto, que os camponeses tentaram produzir mais, aumentando a densidade das árvores até reduzir os intervalos de 7 a 3 metros. A produção global foi aumentada dessa maneira, em detrimento dos rendimentos por árvore, que naturalmente, diminuíram, enquanto as culturas intercaladas sofreram a concorrência de uma associação tão inábil.

Adivinha-se facilmente a consequência de tal forma tanto ela é banal no quadro do Rio Grande do Sul. O desencantamento sobreveio, com efeito, primeiro sob a forma de uma geada precoce, depois outra, infinitamente mais séria, de uma queda vertiginosa dos preços em 1968, sob o efeito simultâneo de uma redução da demanda internacional e de uma concorrência interna vinda de uma planta da Amazônia com propriedades similares, a "oitica". Por isso, atualmente os tungues estão quase abandonados.

O município de Nova Bassano, ao norte de Veranópolis, anuncia já o Alto Uruguai. Ali, a videira, após ser por muito tempo a antagonista vitoriosa da suinocultura, está em vias de perder sua primazia em proveito dessa última especialidade. Com efeito, excetuados alguns raros vinhateiros, os colonos locais preferiram consagrar seus esforços a uma especialidade que o Banco do Brasil, aliás, praticamente impôs, ao decidir que os terrenos de Nova Bassano não convinham à videira e que, em consequência, ele não financiaria mais, desde então, senão a pecuária porcina. A transformação recente de uma antiga fábrica local de banha em frigorífico encorajou igualmente os colonos a essa mudança. Esta promete ser rápida, pois já foram realizados progressos muito sensíveis do ponto de vista zootécnico, enquanto que chiqueiros realmente funcionais aparecem agora como sendo as construções mais recentes das fazendas.

Mas se essa evolução prova que a massa agrícola local pode ser maleável e acessível às inovações quando lhe são dadas as possibilidades, não podemos esquecer que a tradição nunca é totalmente abandonada. Por negligenciadas que sejam, as vinhas subsistem. Os colonos estimam, aliás, de boa vontade, que à ela estão ligados. Alguns vêem nela uma auxiliar da pecuária, na medida em que o numerário que produz pode servir à compra de ração para os porcos. Para todos no entanto, ela fornece ainda o vinho para consumo doméstico e alguns excedentes. Ela é também uma garantia já que poderá, um dia, vir a constituir uma variante na hipótese nada improvável, de crise na pecuária suína. Por enquanto, porém, essa última atividade é compensadora e, ao contrário da uva, assegura entradas imediatas de numerário. Estes são, evidentemente, argumentos de peso, para os colonos cansados com os atrasos das indústrias vinícolas em pagar os frutos das vindimas.

Enfim, aí onde a videira deixa de ser cultivada, a colônia parece haver entrado em decadência. É o caso das terras italianas drenadas pelos altos cursos dos rios da Prata, Carreiro e Guaporé. Os camponeses, sem dúvida, procuraram introdu-

zir novas plantas suscetíveis de serem inseridas nos ciclos dos cultivos tradicionais, sem perturbar suas técnicas. Em Nova Bassano, algumas tentativas de culturas de tomates destinados ao mercado de Porto Alegre fizeram a felicidade de alguns, dentre os colonos mais audaciosos. Foi quase geral também a introdução da soja no calendário agrícola. Mas, nessas terras acidentadas, a difusão da "leguminosa milagre" é bem incapaz de regenerar os solos já fortemente erodidos. No máximo ela ajudou muito as famílias coloniais a evitar, até aqui, a miséria pura e simples. Ao contrário é de se admirar que esses descendentes de mediterrâneos procurem de bom grado na arboricultura um remédio para o fracasso dos sistemas de roça tradicionais. Em Anta Gorda, por exemplo, a plantação de nogueiras confirmou-se como uma feliz iniciativa porque, permitindo a continuidade das culturas de subsistência, ajudou positivamente a equilibrar os orçamentos familiares. Nos vales esses colonos procuraram plantar as laranjeiras e tangerineiras em todo o lugar em que a proximidade de uma estrada de grande tráfego permitia vender os produtos diretamente ao consumidor. O isolamento tem limitado infelizmente, até agora, o desenvolvimento de frutas cítricas, justamente o tipo de cultura para a qual existe uma verdadeira vocação dessas glebas.

Essas tentativas isoladas, essa perpétua busca de plantas comerciais capazes de melhorar uma situação econômica que se sabe ser precária, exceção feita dos municípios viticultores, constitui finalmente uma das marcas distintivas da colônia italiana. De fato, ao contrário dos camponeses de origem alemã que evoluem lenta e sempre maciçamente, esses que são chamados "gringos", adaptaram-se com uma notável rapidez às condições impostas por uma colonização, cheia de boa vontade é certo, mas, às vezes, muito mal organizada. Vivos, comerciantes, dotados de grande mobilidade, mas também suficientemente camponeses para conservar uma certa prudência, eles criaram uma verdadeira região ao redor de Caxias do Sul desde o momento em que adotaram uma cultura permanente rentável. Pois foi, em grande parte, do encontro de uma certa mentalidade mediterrânea com a videira que surgiu, num meio natural bem pouco favorável à agricultura, a única vida regional de todo o mundo colonial rio-grandense. Não deixa de ser um fato, no entanto, que, de todas as colônias estudadas até aqui, essa região de povoamento italiano é também a que se beneficia das melhores ligações terrestres com Porto Alegre e os Estados setentrionais da Federação. É fora de dúvida que essa abertura para as grandes aglomerações do Sul do Brasil contribuiu vitalmente para a evolução desse meio colonial.

NOTÍCIA

APARELHAGEM

Recebeu o Departamento de Geografia numerosos aparelhos destinados à disciplina de Geografia Física, de grande aplicabilidade nas aulas de Climatologia, Pretende aquela disciplina, em futuro próximo e quando conseguir um local adequado, montar uma estação meteorológica-modelo visando complementar as atividades teórico-práticas de Climatologia.